

Trabalho Alienado e Fetichismo da Mercadoria

Juversino Júnior

Lisandro Braga

"Em lugar da mercadoria aparecer como resultado de relações sociais enquanto relações de produção, ela aparece como um bem que se compra e se consome. Aparece como valendo por si mesma e em si mesma, como se fosse um dom natural das próprias coisas. Basta entrarmos num supermercado nos sábados à tarde para vermos o espetáculo de pessoas tirando de prateleiras mercadorias como se estivessem apanhando frutas numa árvore, para entendermos como a mercadoria desapareceu enquanto trabalho concentrado e não pago".

Marilena Chauí.

O propósito deste artigo é o de buscar explicações teóricas a cerca do que venha a ser o trabalho alienado e o fetichismo da mercadoria. Portanto, parece viável que, logo de início, salientemos que existem dois tipos de trabalho: o trabalho autônomo e o trabalho alienado.

Para entendermos o significado desses dois tipos de trabalhos, torna-se necessário recorrermos à história da humanidade: o homem se fez homem através do próprio trabalho, ou seja, através da relação que ele vem mantendo com a natureza e com os demais homens, buscando transformar a natureza e a si mesmo no intuito de reproduzir suas condições reais de existência. Essa é a essência do trabalho autônomo, ou seja, a garantia da reprodução do próprio homem e sua auto-realização total. O homem se humaniza ao realizar tarefas (trabalho) essenciais à vida humana e essencialmente humanas. Segundo Anton Pannekoek (1996, p. 08), o trabalho:

É uma necessidade imposta ao homem pela natureza, para obter a satisfação das suas necessidades. O homem, como todos os outros seres vivos, tem de utilizar as suas forças para obter alimento (...) O constrangimento imposto ao homem pela satisfação das suas necessidades obriga-o a um trabalho regular, ao recalçamento do impulso do momento, à utilização das suas forças, a um controle poderosos e assíduo (...) O hábito do trabalho regular fixou-se assim pelo seu caráter social, pelos usos e costumes da família, da tribo ou da aldeia, transformou-se numa segunda natureza, num modo de vida natural, numa unidade harmoniosa de forças e de necessidades de tendências naturais e de deveres.

Já o trabalho alienado é a negação da essência humana existente no trabalho, pois, com a divisão social do trabalho e a total separação entre o fazer e o feito, os não-

trabalhadores, mas que se apropriam do fruto do trabalho do trabalhador, e os trabalhadores que produzem objetos alheios a ele, o homem não produz mais as garantias das necessidades humanas, mas sim mercadorias que não lhe pertence. E

A consequência disto é que o produto do trabalho confronta-se com quem o criou: o trabalhador. Este processo se concretiza na medida em que o trabalhador ao se separar do produto do seu trabalho, outro que não o trabalhador se apropriará dele. Ao se apropriar do trabalho do trabalhador, o não-trabalhador criará as condições necessárias para a efetivação da propriedade privada (PEIXOTO, 1996, p. 08).

Na sociedade capitalista ocorre uma ruptura entre o trabalhador e o produto do seu trabalho. Portanto, se o trabalhador encontra-se separado do produto do seu trabalho é porque outro homem está se apropriando dele, e isso nos permite entender que o trabalho alienado é uma das bases da dominação que o sistema capitalista executa para extrair a mais-valia. A separação do produtor de seu produto e a transformação do mesmo em mercadoria, é o que caracteriza a ruptura do fluxo social do trabalho e conseqüentemente, provoca um processo de desumanização, já que a mercadoria é produzida pelos homens, mas que existe fora deles, é um objeto externo aos homens. Portanto,

A mercadoria assume vida por si mesma, vida em que extingue sua origem social pelo trabalho humano (...) a produção de mercadoria é trabalho indiretamente social: apesar de os produtos serem produzidos para uso social, sua forma de produção é privada (HOLLOWAY, 2003, p. 46).

Ao assumir sua própria existência a mercadoria se torna a essência do processo de objetivização-subjetivização, de inversão entre sujeito e objeto de forma que o sujeito é objetivado e a mercadoria subjetivada ou, em outras palavras, adquire vida própria e independente em relação àquele que a produziu. A mercadoria se torna assim um ser que existe por si mesmo indiferente ao trabalhador, um fetiche.

Essa transformação do sujeito em objeto e do objeto em sujeito provoca uma ruptura no fluxo social, os trabalhadores não mais se reconhecem a não ser a partir das mercadorias que produziram, a partir das relações entre as coisas, transforma-se o “poder-fazer” em “poder-sobre”, ou seja, tal ruptura consiste na exploração do trabalho

que é alienado e que permite a criação do fetichismo. Ocorrendo o rompimento do fazedor com o feito ocorre também a negação do “poder-fazer”¹ do trabalhador que se converte em vítima. A atividade se torna passividade, se antes as relações se davam entre as pessoas agora se dão entre as coisas e por conseqüência entre os sujeitos que possuem e produzem tais coisas, assim temos a coisificação que tem por base de apoio a desumanização do trabalhador que traz em si a “humanização” da mercadoria. Ao serem desumanizados os homens se tornam indivíduos ou pessoas conhecidas somente a partir de uma lógica identitária, ou seja, fragmentada.

O reconhecimento mútuo presente no “poder-fazer” deixa de existir para dar lugar às identidades, às fragmentações que sustentam e reproduzem o sistema de acumulação capitalista dando suporte ao “poder-sobre” e não ao “poder-fazer”. Por isso o indivíduo que executa o trabalho alienado só se identifica a partir da lógica do capital, ao invés de enxergar no produto final de seu trabalho sua vida genérica, ou seja, “o fluxo social do fazer, o entrelaçamento de um ‘nós’ mutuamente reconhecedor” (Idem, p. 74). Dessa forma, acontece uma separação não somente entre dominadores e dominados como também entre os próprios trabalhadores que fazem de sua própria produção sua desrealização, seu martírio, a sua negação enquanto ser humano. O que deveria ser um ganho se concretiza como sendo uma grande perda. Perda da dignidade e perda do auto-reconhecimento do produtor. Segundo Marcuse (2001, p. 15),

Assim o trabalho, em vez de uma manifestação do todo do homem, se transforma em ‘exteriorização’, em vez de plena e livre realização do homem se transforma em total ‘desrealização’: ele apresenta de tal forma como desrealização que o trabalhador é desrealizado até o estado de inanição.

O fluxo social ao ser desarticulado tem como base de sua destruição a mercadoria, pois o fato da produção ser obtida para a troca está no centro do desmantelamento do fazer social, separando assim a coisa do fazer e transformando o feito em ser, ou seja, fetichizando a mercadoria. A partir do momento em que se produz a mercadoria, todo o trabalho gasto para produzi-la é esquecido, ignorado e juntamente com ele está o trabalhador que a produziu e que agora não é mais um produtor e sim um indivíduo consumidor que gera mais-valia através de sua auto-alienação. Tem-se, portanto, o processo do fetichismo que junto à alienação do trabalho fornece todos os

¹ 4 - O fazer é inerentemente social. O que eu faço sempre é parte de um fluxo social do fazer em que a condição prévia do meu fazer é o fazer (ou o ter feito) dos outros, em que o fazer dos outros proporciona o meu fazer (HOLLOWAY, ob. cit., p. 46).

subsídios necessários para a reprodução do sistema capitalista. Mas todo esse fetichismo não é algo já construído e consolidado desde épocas passadas.

O fetichismo foi construído juntamente com o processo de articulação do capital, que na sua fase industrial procurou separar o produtor do produto do seu trabalho com o intuito de extrair mais-valia, “transformando” o produto do trabalho em mercadoria, que não será acessível ao produtor e que será substituída por salário pago ao produtor. Esse processo de transformação do fruto do trabalho em mercadoria separada do seu produtor acaba por criar na consciência do trabalhador o fetichismo. Podemos então perceber que o fetichismo é fruto da necessidade capitalista de inverter o mundo real e humano do trabalho, mas que, sendo fruto de um processo pode ser revisto e transformado, tendo como objetivo garantir ao trabalhador acesso ao produto do seu trabalho. Ora, dizer então que o fetichismo se deu desde os primórdios da acumulação (primitiva) do capital, é negar o caráter transitório do sistema capitalista juntamente com a transitoriedade da burguesia enquanto classe dominante e ao mesmo tempo a negação da possibilidade de reconstrução das relações de produção baseada no “poder-fazer” do trabalhador. É negar a possibilidade da revolução.

O argumento do fetichismo como algo concretizado e consolidado apresenta em si sua própria negação, pois: se as relações sociais estão fetichizadas, como podemos criticá-las? Quem somos os que criticamos? Encontramo-nos às margens? Somos, talvez, seres privilegiados por nossa perspicácia de intelectuais marginalizados? Essa idéia de vanguarda se mostra insuficiente, prova disso foi o fracasso da Revolução Bolchevique que após todo o processo revolucionário demonstrou que sua vanguarda ao invés de conduzir o povo à sua emancipação o conduziu a produtor de mais-valia de um capitalismo de Estado.

O fetichismo não é algo criado há séculos atrás, portanto, não está pronto e acabado, mas sempre em processo de reestruturação, reformulação e reprodução. Apresentando-se como um fato presente, tanto na vida da burguesia como no cotidiano da classe trabalhadora, pois, a burguesia partilha com a classe operária a coisificação de todas as manifestações da vida, a diferença entre ambos, porém, ocorre em virtude de que, enquanto a burguesia se aprisiona no sistema que é reproduzido pelo fetichismo da mercadoria, o proletariado é forçado a ir mais além desse sistema, isso em virtude da experiência de ter que vender sua força de trabalho e ao mesmo tempo não se identificar com o produto final de sua dedicação cotidiana nas fábricas, nos campos etc.

Ao realizar esse reconhecimento de venda da força de trabalho, o trabalhador se torna consciente de si mesmo como uma mercadoria e passa a perceber a relação que mantém com o capital na produção e reprodução de um sistema que tem como base de sua sustentação a exploração da força do trabalho alheio.

Dessa maneira a consciência do trabalhador é ao mesmo tempo fetichizante e “desfetichizante”. Mas tal reconhecimento não é o bastante para que a classe proletária se emancipe, pois o fetichismo nasce com uma consciência coisificada.

Mas, então o que é necessário para se fazer uma revolução uma vez que a consciência não é o bastante? Uma vez que a consciência é coisificada? Nessa perspectiva a prática diária se apresenta como negação do fetichismo, um refúgio, uma resistência e rejeição da alienação.

Fetichismo da mercadoria e alienação do trabalho são provas incontestáveis de que o mundo nunca funcionou tão bem de cabeça para baixo, são os pilares dessa “sociedade do espetáculo” que faz dos trabalhadores explorados meros indivíduos intermediados por imagens e pelo consumo supérfluo, objetos das próprias mercadorias que produzem.

A partir do momento que se percebe que as atuais formas de relações sociais de produção possuem um aspecto de transitoriedade, alimenta-se a luta contra o trabalho alienado e a objetivização do sujeito realizador do trabalho. Afinal, o sistema capitalista não é “o sistema”, mas apenas um sistema e como tal não é invulnerável nem eterno, mas, sim construído historicamente pelas relações humanas e a apropriação dos meios de produção por parte de uma minoria que trouxe em si a expropriação da dignidade e a desarticulação entre as pessoas que trabalham.

Faz-se necessário a humanização do sujeito que só será possível com o “apagar das luzes” do espetáculo social que tem como protagonista a mercadoria e com a destruição das relações de produção capitalista que se baseiam na posse privada dos meios de produção e na expropriação do produto do trabalho do trabalhador, que se vê obrigado a vender sua força de trabalho em troca da simples reprodução da mesma, que, por sua vez, acaba por reproduzir o sistema dominante.

Referências Bibliográficas

CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CODO, Wanderley. *O que é Alienação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: ViraMundo, 2003.

MARCUSE, H. apud. PEIXOTO, M. A. *O Conceito de Alienação: Marcuse e Fromm*. Revista Teoria Crítica da Sociedade. CEPS. Goiânia, Ano 02, num. 02, Maio de 2001, p. 15.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 2002.

PANNEKOEK, Anton. apud. PEIXOTO, M A. *Trabalho Alienado ou Trabalho Autônomo?*. Revista Ruptura. Goiânia, ano 02, num. 03, dez./1996.

PEIXOTO, M A. *Trabalho Alienado ou Trabalho Autônomo?*. Revista Ruptura. Goiânia, ano 02, num. 03, dez./1996.

PEIXOTO, M. A. *O Conceito de Alienação: Marcuse e Fromm*. Revista Teoria Crítica da Sociedade. CEPS. Goiânia, Ano 02, num. 02, Maio de 2001.

Juversino Júnior

Graduado em História e pós-graduando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Goiás – UEG.

Lisandro Braga

Graduado em História pela Unievangélica e pós-graduando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Goiás – UEG.